



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte de dezembro de dois mil e onze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Secretário determinou a leitura da Ata da Reunião Extraordinária do dia dez de novembro de dois mil e onze. Em votação, foi aprovada. O Plenário autorizou o adiamento da leitura de Atas. Logo após, o Senhor Secretário proferiu leitura dos ofícios DG-2475/2011 e DG-2508/11 enviados à Casa pelo DER/MG. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.195/2011, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 2.164 de 12/07/2010 e dá outras providências”; 2) Projeto de Lei nº 1.196/2011, autoria do Poder Executivo, que “Cria com base no inciso IV do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.533/97 as funções públicas especificadas, subordinadas à Secretaria Municipal de Ação Social e dá outras providências”; 3) Projeto de Lei nº 1.197/2011, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 2.023 de 19/12/2007, fixando novo piso salarial aos servidores públicos municipais detentores do cargo público efetivo de Auxiliar de Serviços da Saúde e dá outras providências”. O vereador Marcelino Antônio Edwirges solicitou ao Senhor Presidente que consulte o Plenário para votarem a proposição na presente data. O vereador Luciano Vitor Gomes esclareceu, como disse na antessala, sua preocupação



quanto ao fato de o projeto ter chegado hoje, não terem lido e esmiuçado. Informou que foi convencido pelo vereador Ronaldo de que é possível votar sem maior prejuízo ao trabalho legislativo, pois se trata de assunto que vem sendo discutido e de conhecimento da maioria dos vereadores. Relatou que o vereador Ronaldo também assumiu o compromisso de alertar e corrigir, enquanto membro da Comissão de Redação, caso haja algo errado no texto da proposição; 4) Projeto de Lei nº 1.198/2011, autoria do vereador Marcelino Antônio Edwirges, que “Dá denominação à via pública que especifica e contém outras providências” – Alameda Rei dos Reis; 5) Projeto de Lei nº 1.199/2011, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 2.023 de 19/12/2007, fixando novo piso salarial aos servidores públicos municipais detentores dos cargos públicos efetivos indicados e dá outras providências”. O Senhor Presidente informou que esta proposição é o substitutivo do projeto dos fiscais. O vereador José Raimundo Martins contou que presenciaram o entendimento entre fiscais, secretário e prefeito. Falou que num processo transparente, optaram por retirar o projeto da Câmara, modificar o piso salarial e diminuir a gratificação por produtividade. Disse que todos os vereadores se manifestaram favoráveis, cumprimentou os servidores e agradeceu a Casa. O vereador Renato Faria Silva ressaltou que é muito importante debruçarem sobre alguns projetos, pois se tivessem votado na semana retrasada, os fiscais teriam prejuízo financeiro no piso salarial. Afirmou que foi bom terem parcimônia e discutir com os fiscais. O vereador José Guedes disse que os fiscais são uma das classes mais importantes da prefeitura; 6) Projeto de Lei nº 1.200/2011, autoria do Poder Executivo, que “Institui a Gratificação por Produtividade Fiscal e cria as Comissões de Avaliação de Produtividade Fiscal na Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria Municipal da



Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão do Município de Nova Lima e dá outras providências”. O Plenário dispensou pareceres e interstícios para a votação das proposições 1.197, 1.199 e 1.200/2011. O Senhor Presidente encaminhou os demais projetos à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, solicitou a leitura dos pareceres: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.178/2011, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua Clemer Gouvêa. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.181/2011, que “Dispõe sobre critérios adicionais para a concessão de Alvará de Construção para unidades multifamiliares ou empreendimentos realizados por incorporadoras, consórcio, empresas de construção e afins e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.184/2011, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Associação Comunitária dos Moradores do Areião do Matadouro. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Conforme solicitação do vereador José Raimundo Martins, o Plenário dispensou interstícios para votação do projeto; 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.187/2011, que “Dispõe sobre a Regularização Fundiária dos Bairros Vale da Esperança, Vila Ipê Amarelo, Vila Odete e Vila Aparecida situados no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. De acordo



com solicitação do vereador Ronaldo Gonçalves Marques, o Plenário dispensou interstícios para votação do projeto. O vereador Ronaldo falou que faz justiça e divide o mérito com o Assessor Parlamentar Diego que teve iniciativa e desprendimento em favor da celeridade desta proposição. O Senhor Presidente afirmou que este projeto é um dos melhores; disse que espera que o Executivo faça para o município inteiro, beneficiando os mais carentes; 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.189/2011, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.130 de 02/12/2009, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, sigla COMDIM, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Plenário autorizou a entrada na Casa dos projetos de autoria do Poder Executivo:

- 1) Projeto de Lei nº 1.190/2011, que “Adota o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, como Índice Oficial para fins de atualização dos Tributos instituídos e arrecadados pelo Município de Nova Lima”;
- 2) Projeto de Lei nº 1.191/2011, que “Institui a Planta Genérica de Valores de Terrenos e a Tabela de Valores de Construções para fins de apuração do valor venal de imóveis para fins de lançamento do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 2012”;
- 3) Projeto de Lei nº 1.192/2011, que “Altera a Lei Municipal 1.914 de 28 de dezembro de 2005 – Taxas, modificando e corrigindo itens e valores em sua respectiva tabela”;
- 4) Projeto de Lei nº 1.193/2011, que “Modifica a redação do Artigo 20 da Lei Municipal 2.029 de 20 de dezembro de 2007, estabelecendo critérios para a concessão do benefício do IPTU Social e dá outras providências”;
- 5) Projeto de Lei nº 1.194/2011, que “Altera dispositivos da Lei Municipal 1.172 de fevereiro de 2007 –



ISSQN e dá outras providências”. Encaminhados à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.171/2011, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua Padre João Marcelino. Em segunda votação. Em discussão, o vereador José Guedes solicitou aos colegas que votem a proposição porque Padre João foi uma das pessoas mais importantes em Nova Lima e trabalhava ajudando os mais carentes. Relatou que é autor de quatro projetos de denominação de rua no Bairro Padre Oswaldo Barbosa Pena: Arísio Silva, Ernani Pessoa, Padre João Marcelino e Clemer Otero. Disse que considera falta de respeito do Executivo não colocar as placas com os nomes das pessoas homenageadas pela Câmara. Rogou ao Senhor Presidente que solicite da prefeitura a colocação de placas. Frisou que se trata de desrespeito aos familiares dos homenageados e informou que a partir de janeiro, se a prefeitura não colocar, fará requerimentos semanalmente. O vereador Luciano Vitor Gomes parabenizou o vereador José Guedes pela iniciativa. Contou que como católico foi batizado, crismado e recebeu a primeira comunhão do Padre João. Afirmou que fica satisfeito em ver a Casa homenagear uma pessoa do bem, que sempre pregou o bom comportamento, o temor a Deus e ajudou os mais carentes. Rogou aos colegas que firmem um compromisso moral com o Padre João e o homenageiem na próxima inauguração que ocorrer na área da saúde. O vereador Marcelino Antônio Edwirges reiterou as palavras do vereador Luck, disse que a pressão exercida pela Secretaria de Saúde levou o Padre João à morte. Afirmou que a homenagem é merecida e a morte do Padre João Marcelino foi uma perda para Nova Lima. O Senhor Presidente comunicou que encaminhará ofício ao prefeito solicitado que instale as placas nas ruas. Em votação, aprovado por 09 votos e



encaminhado à sanção; 2) Projeto de Lei nº 1.197/2011, que “Altera a Lei Municipal nº 2.023 de 19/12/2007, fixando novo piso salarial aos servidores públicos municipais detentores do cargo público efetivo de Auxiliar de Serviços da Saúde e dá outras providências”. Em discussão, o vereador Cássio Magnani Júnior destacou o desprendimento do prefeito em beneficiar o Auxiliar de Serviços da Saúde. Salientou o desempenho do vereador Marcelino que na antessala lutou para fazerem a votação hoje. Parabenizou o prefeito, a administração pública e o servidor pela conquista. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques disse que ficou contente com a iniciativa da Câmara quanto ao projeto, demonstrando coerência. Registrou que sempre defende a Casa dizendo que nenhum dos dez vereadores se posiciona contra o servidor público. Afirmou que os vereadores procuram por cautela e precaução, mesmo que retarde a apreciação da matéria, buscar informações e analisar profundamente. Relatou que o projeto chegou às quinze horas, não tinham conhecimento, houve certa polêmica, pois votar sem ao menos ler seria desmerecer a Casa. Contou que ocorreu a brilhante iniciativa do vereador Marcelino solicitando que aprofundassem mesmo sem o projeto nas mãos e chegaram à conclusão de que a proposta traz pequeno impacto financeiro e valoriza uma classe que possui árdua missão. Parabenizou os vereadores Luck, Marcelino e demais colegas pela brilhante iniciativa da Câmara em defesa de uma classe que merece respeito e carinho. O vereador Sandro Lima parabenizou o Prefeito Carlinhos Rodrigues pela campanha de valorização do funcionalismo público, a maior de toda história de Nova Lima. Disse que votarão com muita honra acompanhando a sensibilidade do prefeito. Agradeceu o vereador Marcelino pelo empenho em ajudá-los a decidir, parabenizou os servidores pela vitória e afirmou que podem contar com a



Câmara, pois os dez vereadores estarão prontos juntamente com o Prefeito Carlinhos para valorizar o funcionalismo público. O vereador Renato Faria Silva ratificou o que disse na antessala, contou que se trata de antiga batalha do setor que iniciou a discussão antes de outras áreas já contempladas. Relatou que o vereador Marcelino ponderou que seria melhor votarem sem o processo legislativo normal e concordaram porque é extremamente merecido. O vereador Marcelino Antônio Edwirges agradeceu a sensibilidade dos vereadores em entender a necessidade desta classe que quase ficou prejudicada. Fez um alerta para que as proposições cheguem a tempo hábil a fim de terem o prazo necessário para analisá-las e verificar o impacto. Registrou que o pessoal da zoonose mostrou que a união faz a força. Parabenizou os vereadores e reafirmou que estão do lado do servidor público. O vereador Ailton Soares Amaral afirmou como funcionário público que se sente muito tranquilo por estar nesta batalha junto ao servidor. Parabenizou a Ana Flávia por ter conduzido a reunião e o Claudinho que está na luta desde o princípio. O vereador José Guedes relatou que por várias vezes foi procurado pelos fiscais e pessoal da saúde. Falou que o projeto estava na Câmara desde o mês de agosto, retornou para a prefeitura e foi modificado. Solicitou ao Senhor Presidente que peça novamente à prefeitura para não enviar projetos no dia da votação, em cima da hora. Registrou que o pessoal da saúde e os fiscais lutaram muito para conseguir o merecido aumento. O vereador Luciano Vitor Gomes disse que como servidor público concursado há vinte e um anos e Presidente da Associação dos Servidores Públicos, tem a grata satisfação de participar deste momento de reconhecimento em que a Câmara Municipal de Nova Lima desempenha um papel fundamental no caso da zoonose e dos fiscais. Registrou que mais uma vez o



Legislativo mostra sua importância, pois quer fazer o melhor para o servidor. Comunicou que vota favorável aos dois projetos. O vereador Marcelino informou que alguns projetos estão vindo da prefeitura sem assinatura do Senhor Prefeito, o que é extremamente perigoso para o Legislativo e o Executivo, visto que os projetos não têm vindo por meio do líder do governo. Solicitou ao Prefeito que tenha o cuidado de assinar todos os projetos. O Senhor Presidente afirmou que recomendará à Secretaria que preste atenção. O vereador Marcelino falou que isto não é culpa da Câmara, mas alerta a Casa e o Executivo. Em primeira e segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção. O vereador Cássio Magnani Júnior esclareceu ao vereador Marcelino que não é obrigatório que os projetos venham assinados e sim as mensagens. Os vereadores acataram sugestão do Senhor Presidente de apreciarem os requerimentos na próxima reunião; 3) Projeto de Lei nº 1.199/2011, que “Altera a Lei Municipal nº 2.023 de 19/12/2007, fixando novo piso salarial aos servidores públicos municipais detentores dos cargos públicos efetivos indicados e dá outras providências”. Em discussão, o vereador Ronaldo Gonçalves Marques registrou que vota tranquilo pela legalidade e justiça com os fiscais. Em primeira e segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção; 4) Projeto de Lei nº 1.200/2011, que “Institui a Gratificação por Produtividade Fiscal e cria as Comissões de Avaliação de Produtividade Fiscal na Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção; 5) Projeto de Lei nº 1.184/2011, que “Declara de



Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Associação Comunitária dos Moradores do Areião do Matadouro. Em primeira e segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção; 6) Projeto de Lei nº 1.187/2011, que “Dispõe sobre a Regularização Fundiária dos Bairros Vale da Esperança, Vila Ipê Amarelo, Vila Odete e Vila Aparecida situados no Município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção. O vereador Cássio Magnani Júnior afirmou que o vereador Marcelino tem toda razão, pois alguns projetos não vieram nem rubricados, perdendo o caráter oficial. Solicitou ao Senhor Presidente que convoque a reunião ordinária do dia vinte e sete para o dia vinte e três de dezembro de dois mil e onze e a do dia três para o dia cinco de janeiro de dois mil e doze. O Senhor Presidente consultou o Plenário que autorizou. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos, e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____